

LEONEL FRANCA, A DISCIPLINA DA VERDADE

Candido Mendes
Academia Brasileira de Letras

Haverá um padre nosso que compreenda que a nossa psicologia, dos homens da nossa geração, não é a dos homens que ele está habituado a ouvir? Onde encontrar um diretor espiritual que esteja em condições de não me desiludir?"

Alceu Amoroso Lima, Carta a Jackson de Figueiredo, LXXVII, Julho, 2, 1928.

"Mais do que qualquer outro um livro religioso deve ser obra de ciência e de consciência."

Leonel Franca, *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, Prefácio, p. IV, 1927.

"O mais à seriedade científica, a honestidade imparcial, a atenção refletida de quem lê. *Intelligenti pauca*".

Leonel Franca, *Relíquias de uma Polêmica*, 1926.

Os megacentenários

Comemoramos em 93 a tríade de centenários que marca a presença do catolicismo em nosso tempo: os de Leonel Franca, Alceu Amoroso Lima e Sobral Pinto. Indissociáveis na fé à obra, na busca de respostas para nosso tempo.

A Tristão se vai, como à abóbada da inteligência brasileira contemporânea, no seu limiar de crítica e vigília, reconhecem cada vez mais, gregos e troianos. Alceu abraçou o século como pode a verdadeira compreensão do entendimento aberto e do teste das situações-limite: o agnóstico e diletante da *Belle-époque*; o convertido; o militante do complexo compromisso nos 30; o grande libertário da última década. Sobral trazia-nos ao testemunho, no cerne mesmo da nossa cultura de bacharéis, ou do advogado devorado pela justiça no país subdesenvolvido que fazia do abuso do poder a sua segunda natureza. No final do século remataria o que foi Rui Barbosa no seu início: a encarnação da cidadania, a fazer das garantias do direito o bem público, a que mal se acostumou, ainda, a sociedade do medo e do servilismo. Nossa voz, de católicos no século, é a de Sobral indignado no clamar pelas liberdades, como de Alceu, suave e alegre no entendimento dos mistérios do outro e sua aberta controvérsia. Não encontramos talvez entre nós exemplo maior de respeito do próximo: roía-lhe a dúvida extenuante do pró ou contra da argumentação antes do veredicto da alma, sempre penoso como certo, afinal.

O telão de fundo deste binômio, em que a mensagem de Alceu, por sua vez, arranca da influência matriz de Jackson de Figueiredo, ganhava a sua terceira dimensão na palavra do jesuíta Leonel Franca; da paixão da ortodoxia e do atletismo da informação e argúcia de *scholar*. Até onde teria resultado este per-meio profundo da inteligência católica pelos fundadores do Centro Dom Vital, sem o suporte continuado de Leonel Franca, no arranco de 28, e na capacidade de responder ao último agnosticismo de Alceu, antes do “adeus à disponibilidade”?

Na sua correspondência com Jackson, o Tristão daqueles meses percebe, graças ao Padre, o quanto a reinserção na fé em nada reduz a sede da contemporaneidade. É dentro de uma angústia metódica, sutil, que Tristão tem como condutor a disciplina da verdade de Leonel Franca. A comunhão de 15 de agosto de 28 é todo o contrário do choque claudeliano no “cinquième pilier à gauche” da Notre-Dame, uma geração antes.

O bom combate e o apetite do conhecer

Nascido na Epifania deste verdadeiro ano-eixo de 1893, Leonel Franca fora preparado pelos jesuítas como “verdadeiro astronauta de Deus”, com enorme sofisticação, para situar o pensa-

mento confessional à escala e à exigência do desenvolvimento científico e filosófico do começo do século.

A imagem final do sacerdote é, por força a que já se transpõe às instituições. É o fundador da PUC do Rio, ao lado de D. Leme e Alceu, nascida no palacete Joppert da rua São Clemente, na Faculdade de Direito, apertada entre os salões da mansão, e na de Filosofia, no puxado quase de caserna. Plantava-se a utopia já reivindicada pela primeira grande geração dos chamados “católicos ultramontanos” do Império, vinda à frente na defesa de Dom Vital, com Candido Mendes, Zacarias de Góes de Vasconcelos e Ferreira Viana.

A concreção da mensagem do Reitor traduzia o veio mais fundo da militância histórica da Ordem, desde Santo Inácio. Não esqueçamos, aliás, que a própria feitura da Companhia passaria pela Sorbonne, antes mesmo da ida a Roma para a formulação final do propósito de Loyola, e seus companheiros.

O “bom combate” de Leonel Franca supunha o pleno desatamento da vida do espírito, seu questionamento, sua atualização. O que acaba na rua São Clemente passa pelo melhor adestramento polêmico das questões de base do catolicismo, reptado por uma primeira consciência crítica, agnóstica ou protestante, no país. A obra-base, *A Crítica do Mundo Moderno*, seria o reflexo final de um saber, trabalhado por um exaustivo *status questionis*; o que passa por todos os escolhos de suas teses; pela avaliação judiciosa do ponto de vista adverso, e pelo cuidado com a inserção teológica, transposta, sem mediação, ao plano da filosofia ou das ciências sociais.

O diretor de consciência

O pensador em Franca entretanto não só exporá às urgências da polêmica, como ao papel essencial, de ser o diretor de consciência da inteligência confessional na trintena decisiva da sua formação no país.

À época de Franca a vocação especial dos cérebros da Companhia era desta presença indireta, no chão das dúvidas e da busca das diretrizes que aquele “ver”, “julgar” e “agir”, donde surgiria a Ação Católica no mundo, ainda, da “circulação das elites” e do “entre as duas guerras mundiais”. A tarefa correspondia, no universo Pré-Vaticano II, à idéia do discernimento e difusão do

verbo, no trabalho do padre sobre as almas raras, numa dedicação sem pressa e exigente que exorbitava de muito o simples confessorário.

Foi esta conversação entre Jackson, Alceu e o jesuíta — o seu interlocutor de fé — que discutia a problemática da consciência ou da salvação; da doutrina social da Igreja, ou do último livro das fronteiras da ciência — de qualquer ciência — que chegava à voracidade de Jackson, e via de regra era repassada a Tristão, como desponta do mais rico epistolário da cultura brasileira. Preocupava-os o agnosticismo, crescido de par com as novas demandas da ciência, para fundar uma visão atualizadíssima do cristianismo e suas exigências na vida do espírito, por entre juristas como Pontes de Miranda; sociólogos e linguistas como José Oiticica; literatos como Augusto Mayer, ou diante dos nossos Montaignes como Sergio Buarque de Holanda, mais suscetíveis, no ideal de Alceu, de voltar à vertente da fé, sobre a égide comum de Maine de Biran e Pascal.

Era Franca quem sustentava o arco de indagações intelectuais capaz de isolar o compromisso circunstancial da Igreja com as matrizes da sociedade semicolonial e, dentro dela, o “obscurantismo” intelectual das nossas rotinas. E tal para abrir-se, em nível internacional, à problemática do laicismo, na sequência da grande polêmica da França de Renan, de Michelet ou de Jules Ferry ou das indagações do I Concílio Vaticano, e da infalibilidade papal, que leva o jesuíta ao debate com Rui Barbosa; do evolucionismo, que desarmaria os adversários, pelo desimpedimento de uma estrita leitura teológica à articulação da história da vida, na plenitude das suas formas, com um sabor premonitivamente teilhardiana. “O Franca não conclui nada sobre a origem do corpo humano. É um problema que cabe à Ciência resolver. Acho isso de verdadeiro espírito filosófico”, diria Alceu a Jackson em meio a seus debates de consciência, tantas vezes aliviado pela palavra sutil do padre.

O polemista antes dos “sinais dos tempos”

Disciplinador da verdade, Leonel Franca debruçava-se, não obstante, gulosamente sobre o contemporâneo. Entrega-se mesmo, na trintena, de 18 a 48, a uma inequívoca aceleração interior deste pensamento. Pressentia a mensagem que, nos seus sucessores jesuítas, iria se rematar na obra de Henrique Vaz, na tensão entre fé e historicidade e no avanço da Igreja peregrina,

exposta aos “sinais dos tempos”, como a veria o Vaticano II. Esta *démarche* em Franca, ganha-se pelo impulso e o ferir, com contendores exclusivos, os pontos cruciais da inquirição do catolicismo à complexidade emergente do século. Já lhe servia de clarinada a própria dissertação oferecida, à Gregoriana, em italiano, em 1914. *La libertà e il moderno determinismo scientifico*. O elenco desta pauta é o do próprio modernismo; da infalibilidade papal; do revolucionismo; do assento psicológico da fé; do encontro pleno da Igreja, das regras e do repto da democracia, diante das tentações autoritárias e integristas dos 30. Talvez como necessária contrapartida desta inserção combatente, a obra de Franca não esconde, também, tanto o místico, como o metodólogo da graça. O último legado é dos *Pensamentos espirituais*. E o sacerdote, de fundo, integra sua *Imitação de Cristo* à grande ascese interior, que marcha *pari passu* com o *Livro dos Salmos* e o *Método Pedagógico dos Jesuítas*.

A primeira das grandes polêmicas — a que permitiu o tempo do esplendor da mocidade — se revestiria de todos os cânones de réplica e tréplica, e suas rigorosas apostilhas. Opõe Franca a José Oiticica, em meio dos 20. Enseja o debate, à risca, inédito entre nós, de toda a riqueza das teses de Loisy e Tyrrell, que levaram ao *non possumus* de Pio X. Visto, de saída, como “uma invasão do protestantismo liberal na vida e na doutrina católica” a discussão postulava, ao mesmo tempo, o rigor da crítica, no abarcar-se o problema da historicidade da palavra da Igreja. Seria inseparável, nas décadas subseqüentes, das primícias da interrogação existencial que denotava já o convívio de Franca com Scheler, Berdiaeff, ou o jovem Jaspers. Da mesma maneira que o atual pontificado reabilitou Galileu — já se disse — fica para o próximo século o revisionismo desta primeira polêmica da fé e temporalidade, em momento da história da Igreja, saída do Vaticano I, na alternância característica da sabedoria pendular das Encíclicas, a que tanto se referiu Alceu. O Papa da *Pascendi* sucedia ao largo da palavra de Leão XIII, e do escândalo da questão social.

É nesta articulação interna da história intelectual de Franca, menos consolidadora do dogma, cada vez mais profética, que o seu último grande ensaio “temporal” — o da condenação do totalitarismo, em 46 — vai ao seio da modernidade política e anuncia os valores da democracia, em década ainda tentada pelo corporativismo; pelas visões paretianas, da influência das elites, que remanesceria em tempos pastorais deste fim de século; o entendimento ainda orgânico da sociedade, tão característico dos 30, e insuscetível de se transpor aos Estados de massa, e dos aparelhos múltiplos de poder no nosso tempo.

O sacerdócio da cabeça

No quartel de século — 1920/48 — mais expressivo de sua produção, não encontramos paralelo de um pensamento a emergir, tão indutivamente, do crivo que lhe impõe o debate. O que maravilha Alceu e Jackson em Franca é o “ir à crista da polêmica”, respeitando a competência dos antagonistas; o remontar as melhores fontes da informação para, em armas iguais, impedir o adversário da arguição do transbordo confessional; da passagem do argumento de razão ao da *doxa*; ou do vazar, sem mediações, o debate científico à docência das verdades eternas.

Claro, trabalhava o jesuíta a razão combatente. Mas o sacerdote da cabeça, que esgrimia ao lado do raciocínio o dado copioso e atual — na análise, por exemplo do problema do divórcio — da situação real da família do início do século — com toda a riqueza da informação da sociologia do seu tempo: a que repete seu sucessor, hoje, Fernando Bastos de Ávila.

Ao enfrentar a polêmica da cultura, no debate sobre o *Protestantismo no Brasil*, e na resposta exaustiva aos pastores Othaniel Motta e Lysanias Cerqueira Leite, Leonel avança na mais rigorosa exegese textual de *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, a complementação criadora. A discussão de 33 permitiu-lhe retomar a da primeira obra de síntese sobre a cultura intelectual da modernidade despertada pelo luteranismo no corpo-a-corpo e do debate com Eduardo Carlos Pereira e seu *Problema Religioso na América Latina*.

As premonições de Franca abriam-se nestes trabalhos ao estudo comparativo das visões do espírito e dos referenciais históricos que preparariam o caminho à temática da inculturação na fecundidade do trabalho de outro jesuíta, Marcello Azevedo, voltado para os estudos do fenômeno global das mudanças; das matrizes da diferenciação histórica e dos contributos da Filosofia do Sujeito e da pós-modernidade.

O “opus magnum” e o interrogante do devenir

Apontavam nestes trabalhos de Franca os conceitos-limite de “cultura” e “civilização”, que se rematariam no seu *opus magnum* entre tantos, *A Crise do Mundo Moderno*, legado do pensamento

aprofundado da primeira vintena de trincheira intelectual. O entranhar-se no “aqui” e “agora” tinham como respaldo, ao mesmo tempo, a ânsia da obra intemporal. Do trabalho e da suma, que nos entregaria a primeira *História da Filosofia* da moderna cultura brasileira. Veio-nos pelo jesuíta, mais pela tradição dos nossos primeiros enciclopedistas, ou da prática de um laicismo amadurecido, esta mirada mais ambiciosa, em que a vida mesmo das idéias se organiza na sua máxima dimensão, a supor o atletismo da crítica ao lado da fuga das sebetas. O tratado balizava a “morada do espírito” antes que a universidade — a católica, concreta — criasse o espaço compreensivo para a grande reflexão que pedia o padre.

Não se demitiria Franca, na sua disciplina da verdade, de uma análise referida ao *corpus* do pensamento confessional. Mas é o trato do *scholar* que consegue dar à obra não só o caráter de leitura compulsória, atestado pela sua incessante reedição, mas a discussão, em legítimos interrogantes, da última contemporaneidade, que vê abertas entre a fenomenologia e o neo-escolasticismo.

Ao lado do referir-se escrupuloso à história das idéias, o corte referencial profundo da mirada de Franca é o da crise do seu tempo, a reptar o depósito das verdades cristãs e o “devenir” da civilização, que reabsorva ou expulse. A mirada do jesuíta reflete a preocupação com o controle, o desvio e o remontar dos grandes fulcros históricos, responsáveis pela perda da larga harmonia pré-renascentista, mas sem excluir a confiança de que possa o nosso tempo portar a sua verdade maior. O trabalho-remate, *A Crise do Mundo Moderno*, não foge mais ao lamento sintomaticamente integrista, nostálgico da perda da grande homogeneidade espiritual, e à busca de sua restauração. Impõe-se reencontrar o contraponto entre o avanço das “instituições” e das “almas”.

A humanidade perdeu o eixo e a sintonia funda deste reenvio fundamental desde o Renascimento. Ressentiu-se da falta deste *plus* de mensagem em que o cristianismo dá “asas à História”, e reencontra a integração profunda da aventura humana.

O filósofo mais caro neste século a Franca é Blondel. Enamorado ainda da transcendência estrita, o jesuíta conclama nossa época à “revitalização”, ao permeio do mundo pela missão evangélica. Tal como a indiscutível sensibilidade ao bordão spengleriano da decadência lhe dá a embocadura para as referências do nosso tempo. Pressente a filosofia existencial, ainda que a defina entre aspas — nas primeiras menções a Heidegger. Mas emerge da

crise pela sua escatologia, sem penetrar numa verdadeira agonística. Seu *status questionis*, mesmo revertido à recuperação do anúncio, fica como alerta à fenomenologia da encarnação e à enorme pedagogia do Vaticano II dos “sinais dos tempos” e à dimensão de historicidade de nosso “ser de fé”. Mesmo retornista, Franca pressente a tensão do ser no contexto histórico ainda que faça de seu tratamento — como verdadeira leitura — o recuo cauteloso ao estrito subjetivismo que lhe permite a *Psicologia da Fé*, como *excursus* à crise objetiva da contemporaneidade. Reflui à análise da razão ordenadora, na tempestade das almas, mais que na sua moldagem temporal. Vai a parte subjetiva, defletida, ainda, do homem, não “a agonia de seu mais ser”.

O desbravamento inaciano

O período da grande reflexão de Franca na virada dos 30 coincide com o exílio na China de Teilhard de Chardin, seu companheiro de Ordem, a procura do contraponto aberto entre o fenómeno humano e a encarnação do verbo. Jean Lacouture ao dar-nos agora sua obra gigante sobre *Os Jesuítas* mostra como a Companhia viveu, excepcionalmente, o espírito da Renascença, nas duas matrizes, até hoje, de sua identidade. O tronco comum, típico do *cinquecento* é o da salvação, como conquista e disciplina, no que a Ordem, entre todas, buscou o maior refino do humanismo inserido, do dar-se já ao homem, para levá-lo à transcendência. Seja através do prodígio mesmo da maestria da ciência e de suas magias concretas, suas alquimias e literalmente — como profissionais da pólvora — dos “fogos de artifício” com que Matteo Ricci instala-se e sidera a Corte da China, e serve de pró-homem aos biólogos, físicos, cientistas naturais até nossos dias, de Servatius a nosso Padre Roser.

Não obstante ter começado por um compêndio de química, Leonel Franca inclinava-se pela outra vertente. A de abordar, sempre já com risco mais difícil de réprobo, a paixão sobre o próprio refletir do homem, manifestada em nossos dias pela epopéia paleontológica de Teilhard, ou pela saga de Michel de Certeau, na peregrinação pela linguagem, pelo inconsciente e pela própria teoria da história como sentinela da encarnação. Emulava, mais, esta vertente até o fascínio da grande mirada do refletir, que nos deu neste século um De Lubac, um Rahner, um Pierre Charles e, especialmente, um Bernard Lonergan.

Alceu pressentiria em Franca essa possessão crescente pela modernidade, transformando, de *miles*, em pedagogo, marcado

pelo convívio profundo com Newman e Mercier e a buscar junto a Tristão e Dom Leme o plantio da Universidade Católica. Significativamente o logotipo da empreitada vinha marcado pelas asas a empurrar o livro — *nihil alis grave* — em que ressumava a sua visão do próprio católico no tempo: um levantar da civilização, permeada pela transcendência, alçada pela mirada maior.

“Alis grave nihil”: a grande e a pequena ordem

Ao lado da clássica visão da Universidade Gregoriana, Leonel Franca trazia à época o *insight* de Louvain, no preparar-nos tanto para abrir-se à ciência corrigindo a ciência, como para a discussão do problema institucional da Igreja neste século, o que representaria, nos debates constitucionais, o possível abuso de poder entre a “cidade de Deus” e a dos homens. Nossa carta de 34, urdida na colaboração de Dom Leme, Franca e Alceu, transformou-se num modelo das justas garantias da sociedade religiosa, no domínio da família, da escola ou da assistência litúrgica às Forças Armadas, que varou praticamente intocado este meio século, até os novos e ricos enfoques de 88.

O prestígio de clérigo da resposta infinita levaria, de logo, ao devoramento — sôfrego — da vida pelo mito de Franca. Cunhava-se o estereótipo da figura desencarnada, acentuada pela iminência cardíaca, desde a juventude; o passo etéreo, ao lado da febrilidade da presença. Incisivo, o ícone rematava-se no barrete jesuítico, adotado pela Ordem desde a heráldica universitária do Renascimento, na Sorbonne como em Bolonha. Mas a facilidade emblemática se destruía — de perto pela pureza da frase e o cuidado natural do discurso; pelo sorriso na comissura econômica, no lanho só do corte lógico e da economia verbal, a se alçar na verruma dos olhos e na atenção do interlocutor. Tão aberta ao bom uso do tempo, quanto ciosa da frouxidão da conversa, ou do anódino no seu prolongar. A tentação do mito de um Franca-páramo, na coluna da sabedoria de São Simão, o Estilita, ou de uma abstrata suma ascética, desmentia-se pelo respeito à plenitude toda da vida e na exigência de uma ética da felicidade, em que desfazia os escrúpulos do bovarismo da inação e a dúvida sibarítica do jovem Alceu, neoconvertido.

Não há Tristão sem Franca, tal como, pela morte prematura do Padre, ficou a década de 50 órfã de um pensamento radicalmente inteligente e informado no seio dos quadros clericais, contem-

porâneos da eclosão do Vaticano II e da Igreja joanina. No advento do Evangelho das grandes Pastorais no pós-concílio II, dos sinais dos tempos, das injustiças estruturais; do pecado social, acudia logo, entretanto, o plantão da palavra, no veio e na escala aberta por Leonel Franca. A dos que avultaram, fiéis, à militância da Companhia; dos que foram chamados ao Episcopado; dos que deixaram a Ordem, talvez pela falta do confessor de Alceu, de Jackson, e da plêiade dos fundadores da primeira hora da PUC. Nas décadas subseqüentes não se separará da melhor tradição dos movimentos operários do Padre Veloso, sucessor imediato de Franca na Universidade; do dom da lide e da paciência do edificar de Laércio Dias de Moura; da melhor valorização da comunidade do nosso tempo e do solidarismo de Fernando Bastos de Ávila; do historicismo cultural, no compromisso e na transcendência, de Henrique de Lima Vaz.

Morreu Franca aos 55 anos, antecipando a mesma angústia, década e meia após, da missão abortada de Santiago Dantas. Privamo-nos, nesses tempos que são só de crise, da maestria da grande contra a pequena Ordem; do que sejam as certezas, na sua verdadeira economia de rigor; as vividas no sobressalto recôndito da elegância do despojamento e do cânon do espírito. Leonel Franca sonhava com um Alceu que mergulhasse, pelo menos por dois anos em Louvain, ou outro centro mundial, da interrogação extrema de uma doutrina como a Cristã, suas cicatrizes e toda a força de seu marco dialético. Vaz, Ávila, Mac Dowell ou Libânio deram conta do que Tristão não pôde fazer. Mas falta-nos Franca neste começo dos 90, o determinado Diretor de Consciência, para dizer a seus irmãos jesuítas do quanto lhes incumbe ainda, ao lado do seu espírito de santidade, renúncia e exigência crítica, completar o recado, *versus populum*, de que há, nesse clero da virada de século, a vanguarda também de uma inteligência católica no Brasil.

Endereço do autor:
Praça XV de Novembro, 101 sala 26
20010-010 — Rio de Janeiro — RJ